

Colóquio Comunidades terapêuticas – Pertinência, vivência e caminho:

Desafio Jovem comemora 40 anos de existência com partilha de conhecimentos

No passado dia 19 de Junho, realizou-se mais uma conferência do Desafio Jovem, “40 anos a mesma causa” marca o 40º aniversário do Desafio Jovem em Portugal e, por consequência, a realização da 40ª Conferência daquela instituição, que cativou a presença de profissionais de áreas afetas aos CAD. O evento contou igualmente com a participação de João Goulão, cuja intervenção Dependências regista, a par da entrevista a Francisco Chaves, Presidente do Desafio Jovem.

Fundado em 1978, o Desafio Jovem (Teen Challenge) Portugal é uma Instituição sem fins lucrativos, (IPSS) devidamente licenciada pelo Ministério da Saúde e pelo SICAD. É oficialmente reconhecida por vários ministérios que constituem o Governo e visa a prevenção, reabilitação e inserção social de pessoas com dependência e comportamentos aditivos. Possui um conjunto de respostas integradas, abrangendo todo o fenómeno das dependências, desde a intervenção direta em contexto de rua até à conclusão do processo de inserção em apartamentos terapêuticos. Desde a sua génese, já acolheu mais de 5000 pessoas. Nos últimos 5 anos, acompanhou, anualmente, uma média de 110 pessoas em reabilitação e 52 em inserção.

Francisco Chaves, Presidente do Desafio Jovem

Que balanço faz da realização deste evento?

Francisco Chaves (FC) – É um misto, um agridoce... Confesso que esperava muito mais gente, o que enriqueceria a reflexão mas também percebo que, dada a grande oferta de ativi-

dades que está a decorrer, seria complicado ter mais participação. Mas faço um balanço muito positivo... Falámos sobre questões que careciam de mais tempo para serem mais esmiuçadas, a ideia não era apresentar soluções ou respostas milagrosas mas, no mínimo, provocar reflexão e alguma nova consciência acerca do trabalho das comunidades e da importância que assumem.

40 anos é muito tempo... Houve grandes mudanças?

FC – Sim, houve muitas... Estou cá há 30 anos as mudanças têm sido bastantes e a vários níveis: desde o olhar para as dependências aos tipos de respostas que criámos, passando pelos modelos, pela qualificação da equipa...

Pelo que percebemos nalguns gráficos, tem havido grande procura para o tratamento dos problemas ligados ao álcool...

FC – Sim, no nosso caso tem aumentado bastante, roçando os 50 por cento.

Elegendo como mote a própria designação da instituição, que inclui o conceito desafio, que futuro prevê para as dependências?

FC – Creio que pode ser muito risonho se aprendermos a pensar em conjunto e de uma forma integrada. A rede de ambulatório e a de internamento têm trabalhado alguma complementaridade mas creio que precisamos de repensar um equilíbrio de intervenções. Está provado que as intervenções em termos de comunidade acabam por ter um impacto mais duradouro no tempo e previnem potencialmente uma série de fenómenos com os quais estamos agora a lidar, como o envelhecimento, o isolamento social ou o desemprego, entre outros... É certo que as pessoas continuarão a usar substâncias mas creio que devemos perspetivar a construção de percursos e carreiras na ótica da sobriedade, o que também é possível.

Temos em Portugal cerca de seis dezenas de estruturas de tratamento, entre comunidades terapêuticas e clínicas, privadas e públicas, todas com a sua especificidade mas supostamente convergentes quanto aos objetivos... Não o choca a inexistência de um fórum motivador de uma reflexão no seio destas estruturas?

FC – Pode ser útil... E contra nós, organizações, falo... O povo português tem tendência para se agregar e congregar em momentos complicados e creio que, estando todos a lidar com dificuldades próprias, poderia ser muito enriquecedor juntarmo-nos e poder pensar estas coisas juntos, que depois careceriam de ser concebidas juntamente com as políticas e as autoridades para não caírem em saco roto. Não sei se não haverá por vezes algum desencanto da nossa parte... As comunidades substituem-se ao Estado em muitos aspetos relativamente ao que fazem nesta área dos CAD e hoje voltamos a falar no desafio da sustentabilidade, que parece uma questão eterna. Mas já nem sei se esse será o principal problema... Sobretudo, quando comparado com a questão de, definitivamente, as comunidades terapêuticas serem mais vistas como parceiros do que como meros prestadores de serviços. Mas, para isso, também é preciso juntarmo-nos, dentro da nossa diversidade e de um grau de unidade que é comum a todos. De facto, um congresso poderia resultar muito enriquecedor para delinear estratégias e debatermos várias questões.



João Goulão

“Primeiro de tudo, gostava de dar os parabéns ao Desafio Jovem pelos seus 40 anos de atividade... 40 anos que mantêm a pujança que se traduz também na organização desta sessão, destinada a pensar e refletir sobre o que têm sido as práticas e o que se perspectiva para o futuro.

O contributo que provavelmente se esperaria de mim nesta sessão tem um pouco a ver com a projeção do futuro mas devo partilhar convosco que, para já, está ainda um pouco nebuloso, até em termos da organização dos serviços e estruturas do Estado dedicadas a estas matérias dos CAD.

Como sabem, tem havido uma reflexão em torno do aprofundamento da interpenetração das respostas estatais do tecido do SNS e aquilo que presidiu a integração das respostas dos CRI e outras unidades especializadas estatais nas ARS apontavam nessa perspetiva mas, passados cinco anos deste novo formato, aquilo que me parece ser mais ou menos evidente face aos testemunhos dos profissionais do terreno, sustentam a vantagem de resultar vantagem da existência de uma estrutura com capacidade de pensar as políticas e de as executar diretamente no terreno, ou seja, uma estrutura complementemente dedicada a estas matérias.

Mas temos a felicidade de, apesar de algumas dificuldades e intercorrências que surgiram, termos um sistema bastante harmónico. E, contrariamente ao que acontece em muitos países e parceiros internacionais que nos visitam mercê da curiosidade que o chamado Modelo Português lhes desperta, tenho constatado que um dos aspetos por eles enfatizado como original reside na complementaridade existente em Portugal entre as respostas públicas e as privadas. Isto, quando na maioria dos países se assiste a alguma competição... Esta foi uma opção assumida há bastantes anos, com uma predominância do Estado a assegurar as respostas em ambulatório e uma preponderância do setor social e privado no assegurar de respostas que incluam internamento. E esta opção de complementaridade do sistema que entretanto construímos juntos foi crescendo, tal como fomos crescendo juntos. Espero que esta interação se mantenha e aprofunde...

Já foi referido pelo Dr. Francisco Chaves que existem novos desafios e novas áreas de intervenção e temos que encontrar novas respostas para lhes fazer frente. Não falo apenas de comportamentos aditivos para além daque-



les que tradicionalmente apontamos mas também de outros, que não passam pelo uso de substâncias, como seja o jogo ou o ecrã... Também aí, temos que encontrar fórmulas juntos e aprender com quem sabe mais do que nós e incorporar nas nossas bases teóricas e práticas o que de melhor vai sendo produzido a nível mundial.

Temos tido alguns momentos importantes de partilha de conhecimentos e gostava de vos convidar desde já para a participação no Lisbon Addictions 2019, uma grande reunião internacional com um espetro de abordagens muito abrangente, que já aconteceu em 2015 e 2017 e voltará a realizar-se em outubro de 2019, reunião que tem correspondido a uma montra do que mais avançado se faz a nível mundial.

Alguns dos desafios passam também pelo envelhecimento da população, que temos vindo a sentir. E se alguma das entidades aqui representadas tem já uma tradição de lidar muito com populações envelhecidas, o facto é que este desafio se vai alastrando e aumentando cada vez mais.

Em termos de organização dos serviços, a questão da integração da rede de comunidades terapêuticas – como sabem, temos cerca de 60, com uma riqueza e espetro muito alargado de modelos de abordagem, que nos permitir recorrer aos mesmos de acordo com as características das pessoas com quem lidamos – é preciso encontrar as respostas adequadas, sejam as residenciais de longa duração, para as pessoas relativamente às quais as perspetivas de uma recuperação total e uma devolução completamente funcionais à sociedade acabam por ser bastante problemáticas e duvidosas. Mantivemos viva essa população e, agora, temos também a responsabilidade de estar com eles enquanto envelhecem, proporcionando-lhes o acesso a cuidados de saúde de qualidade e a um envelhecimento com dignidade. É uma responsabilidade que partilhamos, para a qual temos que encontrar respostas eficazes.

Depois, temos comportamentos entre os mais jovens, a par de outros desafios espalhados por vários subgrupos populacionais, sejam grávidas ou mães com filhos pequenos, sejam pessoas em situação de sem-abrigo e em grande fragilidade social. Felizmente, temos um le-

que de respostas que tem sabido corresponder a estes diversos subgrupos mas temos que continuar a trabalhar juntos nessa construção.

Neste momento, sentimos grande dificuldade na abordagem a estes temas face à estrutura que existe, com o SICAD amputado da ligação direta e da massa crítica que resultava da proximidade com os profissionais do terreno, hoje muito mediada pela via das ARS e muito mais complicada. Esperamos que seja possível recriar estruturas mais ágeis e com uma circulação de informação e de conhecimentos muito mais eficazes do que a que temos hoje.

Revenho os parabéns ao Desafio Jovem, enaltecendo uma vez mais a vitalidade de que dá provas, uma entidade que tem sido exemplar no relacionamento com as estruturas estatais. Em termos pessoais, gostava também de prestar um público reconhecimento pelo papel que o Dr. Francisco Chaves tem tido enquanto participante no Conselho Nacional, um órgão consultivo do Coordenador Nacional, no seio do qual tem dado valiosíssimos contributos às discussões.

Sei que existem alguns problemas e um “elefante” na sala, por exemplo relativamente aos valores que são hoje pagos pelo Estado relativamente aos internamentos em comunidades terapêuticas e temos perfeita consciência de que os mesmos estão absolutamente desatualizados e sem correspondência com os custos reais envolvidos e em que incorrem as comunidades terapêuticas pelos serviços que prestam... mas também espero que tenham compreensão, uma vez que não dispomos neste momento de meios financeiros necessários nem de outras condições necessárias para que possamos proceder a uma atualização em função do que parece justo, algo que teremos necessariamente que discutir em conjunto. Esperemos que, do ponto de vista político, haja um maior reconhecimento por uma área que tem trabalhado demasiadamente bem, de tal forma que o problema dos CAD perdeu a visibilidade e o peso político que teve em tempos. Daí que, hoje, não seja encarado como uma prioridade política como já foi noutros tempos e, como tal, dotado de menos meios do que, eventualmente, necessitaria e mereceria”.

